

Município de Faxinal - Poder Executivo

Diário Oficial Eletrônico do Município de Faxinal

Lei Municipal nº1549/2012, de 07 de março de 2012

Ylson Álvaro Cantagallo

Prefeito Municipal

Departamento Municipal de Licitação e Compras

Setor responsável pela edição, publicação e assinatura

Site: www.faxinal.pr.gov.br digital

Avenida Brasil, 694, Centro CEP: 86840-000 Fone: (43) 3461-8007 Faxinal – PR E-mail: diariooficial@faxinal.pr.gov.br

ANO MMXXIV

FAXINAL, 31 de janeiro, de 2024

EDIÇÃO 1.320/2024

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente conforme previsto no inciso IV do art. 71 da lei 14.133/2021, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente licitação nestes termos:

a) Processo Nrº 1/2024

b) Licitação Nrº 1/2024

c) Modalidade Inexigibilidade :

d) Data 30/01/2024

Homologação :

e) Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA Homologado : PRESTAÇÃO DE CURSO DE

CAPACITAÇÃO DA LEI 14.133/2021 JUNTO AOS SERVIDORES DE DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS

FORNECEDOR: TRIUNFAR ASSESSORIA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA - CNPJ: 41.597.900/0001-45 Valor Total do Fornecedor: 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

LOTE 1 LOTE 1

Valor Total do Lote: 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

Ite	Especificação	Unidad	Quan	Valor	Valor
m		е	t.	Unit.	Total
1	CURSO DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA SERVIDORES MUNICIPAIS DA NOVA LEI DE	SERV	1	R\$ 9.600,0 0	R\$ 9.600,0 0

	LICITAÇÕES LEI N° 14.133/21 IN- COMPANY PARA TURMA DE 30 (TRINTA) PARTICIPANTE S COM CARGA HORÁRIA DE 24 HORAS				
2	SUPORTE TÉCNICO DE ALTA COMPLEXIDAD E PARA APRIMORAMEN	SERV	1	R\$ 6.000,0 0	R\$ 6.000,0 0
	TO DAS INFORMAÇÕES INSERIDAS NOS SISTEMAS NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS				

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 15.600,00 (quinze mil , e seiscentos reais)

- O valor global proposto para o fornecimento dos itens é de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais);
- As condições de fornecimento, pagamento e garantia serão conforme o Edital.

Faxinal, 30 de janeiro de 2024.

YLSON ÁLVARO CANTAGALLO Prefeito Municipal



TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO DA LEI 14.133/2021 JUNTO AOS SERVIDORES DE DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS

Fornecedor: TRIUNFAR ASSESSORIA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA CNPJ: 41.597.900/0001-45

 O valor máximo estimado sem reajuste proposto é de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

RATIFICO nos termos do artigo 74 inciso III, alínea F, da lei 14.133 / 2021, em conformidade com o processo administrativo **nº 01/2024**

Faxinal, 30 de janeiro de 2024.

YLSON ÁLVARO CANTAGALLO PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2024

PROCESSO LICITATÓRIO: Inexigibilidade Nº 1/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Faxinal, Estado do Paraná; CONTRATADO: TRIUNFAR ASSESSORIA CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA

CNPJNº: 41.597.900/0001-45

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a <u>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO DA LEI 14.133/2021 JUNTO AOS SERVIDORES DE DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS</u>

Valor Máximo Estimado: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 30 de janeiro de 2024.

PRAZO DE DURAÇÃO: O presente Contrato terá duração de365 dias (um ano), podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

Faxinal - Pr, 30 de janeiro de 2024.

YLSON ALVARO CANTAGALLO
PREFEITO MUNICIPAL



TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DO CONTRATO №. 3262/2023 DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS E/OU PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM SAÚDE VOLTADOS AOS ATENDIMENTOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA PARA DIVERSAS ÁREAS DE ATUAÇÃO E PROCEDIMENTOS A SEREM REALIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS E CLINICAS PARTICULARES DO MUNICÍPIO DE FAXINAL, DE FORMA COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE

O Município de Faxinal, pessoa jurídica de direito público, sito a Av. Brasil, 694, na cidade de Faxinal, estado do Paraná, inscrito no CGC/MF 75.771.295/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal YLSON ÁLVARO CANTAGALLO, a seguir denominado CONTRATANTE, resolve nas razões de suas faculdades e com base no Art. 79 Parágrafo II da Lei Federal 8.666/93, dissolver direitos e obrigações oriundas do Contrato referido.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a Rescisão Bilateral do Contrato Administrativo de nº 3262/2023, cujo objeto é de. CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS E/OU PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM SAÚDE VOLTADOS AOS ATENDIMENTOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA PARA DIVERSAS ÁREAS DE ATUAÇÃO E PROCEDIMENTOS SEREM REALIZADOS Α NOS ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS E CLINICAS PARTICULARES DO MUNICÍPIO DE FAXINAL, DE FORMA COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, firmado entre o Município de Faxinal e a Empresa, FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA CAMPOS -ME inscrita no CNPJ 08.250.109/0001-99 com base no Art. 79 § II, da Lei Federal 8.666/93, devidamente justificada e fundamentada nos autos do processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO

A partir de 10 de janeiro de 2024, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 3262/2023, O Município de Faxinal e a empresa FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA CAMPOS -ME ficam isentos de qualquer vínculo com relação a direitos e obrigações, pelos motivos justificados nos autos do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, assim sendo, assina o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Faxinal (PR), 10 de Janeiro de 2024.

MUNICIPIO DE FAXINAL 75.771.295/0001-07 YLSON ALVARO CANTAGALLO .

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA CAMPOS -M CNPJ: 08.250.109/0001-99



DECRETO Nº. 11.658/2023

SÚMULA: Dispõe sobre a regulamentação do procedimento auxiliar do Credenciamento, no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta de Faxinal

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

DECRETA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Decreto regulamenta os arts. 78 a 81 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos auxiliares de Credenciamento, pré-qualificação e procedimento de manifestação de interesse, para a contratação de bens e serviços, no âmbito do município de Faxinal.

DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES

Seção I - Do Credenciamento

Disposições Gerais

- Art. 1. Credenciamento é um processo administrativo precedido de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem por meio de cadastramento no órgão ou na entidade para executar ou fornecer o objeto quando convocados.
- § 1º Aplicam-se ao credenciamento a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas legais pertinentes.
- § 2º O procedimento de credenciamento será conduzido por um agente de contratação ou comissão especial de credenciamento designada pela autoridade competente.
- Art. 2. O cadastramento de interessados será iniciado com a publicação de edital de credenciamento, mediante aviso público no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, no sítio eletrônico oficial do Município de Faxinal e o extrato do edital no Diário Oficial do Município e, em Jornal Diário de Grande Circulação, na forma do § 1º do art. 54 da Lei 14.133/21.





Parágrafo único. Qualquer alteração nas condições de credenciamento será divulgada e publicada pela mesma forma em que se deu a do texto original.

Art. 3. A documentação será analisada no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação no órgão ou entidade contratante, prorrogável, se autorizado pela autoridade competente, por igual período por uma única vez.

Parágrafo único. Decorridos os prazos para a análise, caso o julgamento do pedido de credenciamento não tenha sido concluído, o agente de contratação ou da comissão especial de credenciamento terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para decidir.

- Art. 4. Caso necessário, serão solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado.
- Art. 5. A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas neste Regulamento e no edital de credenciamento.
- Art. 6. O interessado deverá apresentar exclusivamente por meio eletrônico a documentação para avaliação pelo agente de contratação ou da comissão especial de credenciamento designada.
- Art. 7. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
- I paralela e não excludente;
- II com seleção a critério de terceiros;
- III em mercados fluidos.

Da Concessão do Credenciamento

- Art. 8. O edital deverá conter as exigências de habilitação, em conformidade com o Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133, de 2021, exigências específicas de qualificação técnica, regras da contratação, valores fixados para remuneração por categoria de atuação, minuta de termo contratual ou instrumento equivalente e modelos de declarações.
- Art. 9. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.





- § 1º O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial do Município, Jornal Diário de Grande Circulação e divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP e no Portal da Transparência do Município, em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.
- § 2º Caberá recurso, com efeito suspensivo, nos casos de habilitação ou inabilitação no cadastramento para o credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação, na forma do § 1º deste artigo.
- § 3º Os recursos serão recebidos por meio eletrônico e serão dirigidos à autoridade máxima do órgão ou entidade contratante por intermédio do agente de contratação ou da comissão especial de credenciamento designada, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados.
- § 4º A autoridade máxima, após receber o recurso e a informação do agente de contratação ou da comissão especial de credenciamento designada, proferirá, também no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a sua decisão, devendo promover a sua respectiva publicação, na forma do § 1º deste artigo.
- § 5º Será vedada a participação de pessoas físicas ou jurídicas cumprindo sanção que as impeça de participar de licitações ou ser contratada pela Administração Pública.
- Art. 10. Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, o órgão ou secretaria contratante, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do cadastramento para o credenciamento do interessado, sob pena de descredenciamento.
- § 1º A partir da data em que for convocado para apresentar a documentação atualizada, o credenciado terá até 5 (cinco) dias úteis para enviá-la exclusivamente por meio eletrônico.
- § 2º A análise da documentação deverá ser realizada em prazo igual ao do cadastramento para o credenciamento, cuja decisão está sujeita a recurso na forma do § 2º, 3º e 4º do art. 9 deste Regulamento.
- § 3º Os credenciados convocados para apresentar a documentação referida no caput deste artigo participarão normalmente, quando for o caso, dos sorteios de demandas ou das convocações feitas pelo órgão ou entidade contratante.
- \S 4º O resultado da análise prevista no caput deste artigo será publicado na forma do \S 1º do art. 9 deste Regulamento.



6



Art. 11. A cada 6 (seis) meses ou outro prazo inferior, o órgão ou entidade contratante poderá realizar chamamento público para novos interessados, republicando o edital.

Parágrafo único. Se houver necessidade de alterações nas regras, condições e minutas deverá ser providenciado novo credenciamento de todos os interessados.

Da Manutenção do Credenciamento

Art. 12. Durante a vigência do credenciamento, os credenciados deverão manter todas as condições exigidas para a habilitação relacionadas às condições de credenciamento e constantes perante o cadastro unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, alternativamente, no Cadastro de Fornecedores do Município de Faxinal, sob pena de descredenciamento.

Parágrafo único. Em auxílio ao seu dever de fiscalizar o contrato, e para que possa verificar se os credenciados estão cumprindo o disposto no caput, o órgão ou entidade contratante deverá estabelecer a possibilidade e a forma como os usuários poderão denunciar irregularidades na prestação dos serviços e/ou no faturamento.

Art. 13. Não há impedimento que um mesmo interessado, quando couber, seja credenciado para executar mais de um objeto, desde que possua os requisitos de habilitação para todos.

Parágrafo único. O credenciado, no caso descrito no caput deste artigo, poderá apresentar de uma vez só a documentação exigida, salvo se as exigências de capacidade técnica forem diferenciadas, devendo, neste caso, apresentar complementação da documentação relativa a este quesito.

Art. 14. O credenciamento não estabelece a obrigação do órgão ou entidade contratante em efetivar a contratação, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o órgão ou entidade contratante poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital, neste Regulamento e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

Do Cancelamento do Credenciamento

Art. 15. O credenciado que deixar de cumprir às exigências deste Regulamento, do edital de credenciamento e dos contratos firmados com a Administração será descredenciado para a execução de qualquer objeto, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.





- Art. 16. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante.
- § 1º A resposta ao pedido de descredenciamento deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
- § 2º O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas a que se refere o art. 15 deste Regulamento.

Das Obrigações do Credenciado

- Art. 17. São obrigações do credenciado contratado:
- I executar os termos do instrumento contratual ou da ordem de serviço ou fornecimento de bens em conformidade com as especificações básicas constantes do edital;
- II ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;
- III responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- IV manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional, quando couber;
- V justificar ao órgão ou entidade contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização do serviço ou o fornecimento do bem, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual termo aditivo para alteração do prazo de execução;
- VI responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto sem previsão editalícia e autorização expressa do órgão ou entidade contratante;





- VII manter disciplina nos locais dos serviços, quando for o caso, retirando imediatamente após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo órgão ou entidade contratante;
- VIII cumprir ou elaborar em conjunto com o órgão ou entidade contratante o planejamento e a programação do trabalho a ser realizado, bem como a definição do cronograma de execução das tarefas;
- IX conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do órgão ou entidade contratante, de modo a não causar transfornos ao andamento normal de seus serviços, quando for o caso;
- X apresentar, quando solicitado pelo órgão ou entidade contratante, relação completa dos profissionais, indicando os cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como, o demonstrativo do tempo alocado e cronograma respectivo, quando couber;
- XI manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado;
- XII observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato.

Das Obrigações do Contratante

- Art. 18. São obrigações do Contratante:
- I acompanhar e fiscalizar o contrato por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;
- II proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato;
- III prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo contratado;

 $\text{Avenida Brasil, n}^{\circ} \ 694 - \text{Centro - Faxinal - PR - CEP 86.840-000 - CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{CNPJ } \ 75.771.295/0001-07 - \text$





- IV fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato;
- V garantir o acesso e a permanência dos empregados do contratado nas dependências dos órgãos ou entidades contratantes, quando necessário para a execução do objeto do contrato;
- VI efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital de credenciamento e na legislação.

Da Contratação

- Art. 19. Após homologação do procedimento de credenciamento, os órgãos ou entidades poderão dar início ao processo de contratação, por meio da emissão da ordem de serviço ou instrumento contratual equivalente.
- Art. 20. O credenciamento não garante sua efetiva contratação pelo órgão ou entidade interessada na contratação.
- Art. 21. A contratação do credenciado somente poderá ocorrer por vontade do órgão ou entidade contratante e desde que esteja em situação regular perante as exigências de habilitação para o credenciamento.
- Art. 22. A contratação decorrente do credenciamento obedecerá às regras da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deste Regulamento e dos termos da minuta do instrumento contratual/ordem de serviço, anexa ao respectivo edital.
- Art. 23. A Administração convocará o credenciado no prazo definido no edital de credenciamento, para assinar ou retirar o instrumento contratual, dentro das condições estabelecidas na legislação e no edital, e dar início à execução do serviço, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no edital de credenciamento.

Parágrafo único. O credenciado contratado deverá indicar e manter preposto, aceito pelo órgão ou entidade contratante, para representá-lo na execução do contrato.

- Art. 24. O instrumento contratual deverá ser assinado pelo representante legal do credenciado, e observará a minuta contemplada no edital de credenciamento.
- Art. 25. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município, além do Diário Oficial, é condição indispensável para a eficácia do





contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de até 10 (dias) úteis da data de sua assinatura.

- Art. 26. A Administração Pública poderá exigir, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações oriundas do credenciamento.
- Art. 27. A garantia somente será liberada após a emissão, pelo órgão ou entidade interessada na contratação, do termo de recebimento definitivo, com informação, se for o caso, do tempo utilizado para a execução do contrato, desde que não haja pendências do credenciado contratado.
- Art. 28. No caso da utilização da garantia pelo órgão ou entidade interessada na contratação, por terem sido aplicadas penalidades ao credenciado contratado, este será notificado para repor a garantia no montante original, em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de rescisão contratual e descredenciamento, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.

Do Pagamento

Art. 29. O órgão ou entidade contratante, pagará à contratada, pelo serviço executado ou o fornecimento do bem, as importâncias e as formas fixadas no edital de credenciamento, de acordo com a demanda.

Parágrafo único. O edital de credenciamento, quando couber, deverá indicar a tabela de preços dos diversos serviços a serem prestados, os critérios de reajustamento e as condições e prazos para o pagamento dos serviços, bem como a vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada.

Das Hipóteses e Requisitos Específicos

Subseção I - Contratação Paralela e Não Excludente

- Art. 28. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, o edital conterá objeto específico e deverá observar o seguinte:
- § 1º O órgão ou entidade contratante deverá emitir documento que apresente, para cada demanda específica, pelo menos:
- I descrição da demanda;





- II razões para a contratação;
- III tempo e valores estimados de contratação, incluindo os elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados e o memorial de cálculo;
- IV número de credenciados necessários para a realização do serviço;
- V cronograma de atividades, com previsão das datas de início e de conclusão dos trabalhos;
- VI localidade/região em que será realizada a execução do serviço.
- § 2º As demandas deverão seguir, necessariamente, os parâmetros do objeto a ser executado e exigências de qualificação definidos pelo edital de credenciamento às quais se referem.
- § 3º As demandas, para a hipótese do caput deste artigo, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, serão providas por meio de sorteio por objeto a ser contratado de modo que seja distribuída por padrões estritamente impessoais e aleatórios, que formará uma lista para ordem de chamada para a execução de cada objeto, observando-se sempre o critério de rotatividade e os seguintes requisitos:
- I os credenciados serão chamados para executar o objeto de acordo com sua posição na lista a que se refere o § 2º deste artigo;
- II o credenciado só será chamado para executar novo objeto após os demais credenciados que já estejam na lista forem chamados;
- III a qualquer tempo um interessado poderá requerer seu credenciamento e, se ocorrer após o sorteio, será posicionado logo após o(s) credenciado(s) com menor número de demandas;
- IV o órgão ou entidade contratante observará, quando da alocação da demanda, as condições técnicas dos credenciados e do serviço, bem como a localidade ou região onde serão executados os trabalhos.
- § 4º As demandas, se heterogêneas, serão apresentadas em listas específicas por objeto a ser contratado, seguindo numeração iniciada no primeiro sorteio do exercício.





- § 5º As demandas, cuja contratação for definida pelo órgão ou entidade contratante, deverão ter sua execução iniciada conforme disposição no edital de credenciamento, sob pena do estabelecimento das sanções previstas no art. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- § 6º Concluído o credenciamento e ao surgir a necessidade de contratação, os credenciados serão comunicados por meio eletrônico da sessão pública do sorteio das demandas.
- § 7º A comunicação da sessão de sorteio ou a convocação geral de todos os credenciados para a realização do serviço ou fornecimento do bem deverá apresentar o seguinte:
- I descrição da demanda;
- II tempo, hora ou fração e valores estimados para a contratação;
- III número de credenciados necessários;
- IV cronograma de atividades, com previsão das datas de início e de conclusão dos trabalhos;
- V localidade/região onde será realizado o serviço.
- § 8º O prazo mínimo de antecedência para a comunicação da realização da sessão do sorteio ou da convocação de todos os credenciados será de 3 (três) dias úteis.
- § 9º O credenciado que se declarar impedido de atender às demandas deverá solicitar seu descredenciamento em até 1 (um) dia útil antes do início da sessão de sorteio, sendo seu deferimento automático.
- § 10. Não há óbice que ao se descredenciar na forma descrita no § 9º deste artigo, o interessado, em momento oportuno, requeira novo credenciamento para o mesmo ou outro objeto a ser contratado.
- § 11. É condição indispensável para a participação na sessão de sorteio ou para atender à convocação geral que os credenciados estejam cumprindo as condições de habilitação do credenciamento, podendo o agente de contratação ou a comissão especial de credenciamento designada exigir do credenciado a comprovação documental do atendimento das exigências de habilitação, observando o seguinte:





- I serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente como requisito para a contratação;
- II para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e as empresas de pequeno porte será observado o disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;
- III o comparecimento à sessão pública de sorteio é facultativo;
- IV o órgão ou entidade contratante pode, em virtude do interesse público, devidamente justificado, cancelar total ou parcialmente a sessão de sorteio ou a convocação geral de todos os credenciados;
- V as demandas cuja sessão tenha sido cancelada poderão ser submetidas a novo sorteio, ou à convocação de todos os credenciados, em data a ser estabelecida e comunicada a todos os credenciados por meio eletrônico.
- § 12. É vedada a indicação, pelo órgão ou entidade contratante, de credenciado para atender demandas.
- § 13. Após a realização do sorteio, todos os presentes assinarão a ata do evento.
- § 14. A ata contendo o resultado da sessão será divulgada no Portal da Transparência e no Diário Oficial, após o seu encerramento.
- § 15. Verificando-se após a realização do sorteio qualquer impedimento para que o credenciado seja contratado para o serviço com que foi contemplado, será refeita a lista na ordem do sorteio para aquela demanda específica com a exclusão do impedido.
- § 16. Encerrada a seção e elaborada a lista dos credenciados por ordem de sorteio, o processo será encaminhado à autoridade superior que poderá:
- I determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II revogar o procedimento de credenciamento por motivo de conveniência e oportunidade;
- III proceder à anulação do procedimento de credenciamento, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

 $\text{Avenida Brasil, n}^{\circ} \ 694 - \text{Centro - Faxinal - PR - CEP 86.840-000 - CNPJ} \ 75.771.295/0001-07 - \text{Tel.} \ 0 \times (43) \ 3461.8000 + \text{Contro - Faxinal - PR - CEP 86.840-000 - CNPJ} \ 3.0000 + \text{CNPJ} \ 3.0000 + \text{$





- IV homologar o procedimento para o credenciamento.
- § 17. Os contratos terão sua execução iniciada mediante a emissão da ordem de serviço ou outro instrumento contratual congênere, devendo os trabalhos serem desenvolvidos na forma estabelecida no edital, observada a Lei Federal nº 14.133, de 2021 e este Regulamento.
- § 18. A ordem de serviço descreverá, no mínimo, a demanda específica a ser executada, relacionando:
- I descrição da demanda;
- II tempo, horas ou fração e valores de contratação;
- III credenciados e/ou serviços necessários;
- IV cronograma de atividade, com indicação das datas de início e conclusão dos trabalhos;
- V localidade/região em que será realizado o serviço.
- § 19. O objeto do contrato deverá ter como limite de gastos o tempo, horas ou fração e o prazo definido na demanda e a localidade para a qual o credenciado foi sorteado, para cada tipo de objeto, conforme o caso.
- § 20. O contratado deve apresentar, logo após a assinatura ou retirada do instrumento contratual, e a critério do órgão ou entidade contratante, planejamento dos trabalhos para confirmar a utilização da estimativa do tempo e do serviço contratado.
- § 21. O edital poderá vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação parcial do objeto.
- § 22. A fixação da vigência dos contratos decorrentes do credenciamento, quando couber, deverá levar em consideração o prazo efetivo para execução do objeto, disciplinado no edital.
- § 23. Os contratos decorrentes do credenciamento poderão ser prorrogados, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto contratado.





§ 24. Nas alterações unilaterais, na forma da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem no objeto.

Subseção II - Contratação Com Seleção a Critério de Terceiros

Art. 29. Na hipótese de contratação com seleção a critério de terceiros, caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação, serão observadas, no que couber, as disposições constantes na subseção I do Artigo 28.

Subseção III - Contratação em Mercados Fluidos

- Art. 30. A contratação em mercados fluidos se dará nas hipóteses em que a seleção de agente por meio de processo de licitação fica dificultada pelas relevantes oscilações de preços decorrentes dos custos dos objetos envolvidos e da natureza da demanda.
- § 1º O procedimento para o credenciamento na hipótese de contratação em mercados fluidos, que poderá se dar na forma de mercado eletrônico público (e-marketplace), será gerenciado pela Secretaria de Administração, a quem compete a regulamentação por ato próprio.
- § 2º No caso de contratação por meio de mercado eletrônico as exigências de habilitação podem se restringir às indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- § 3º O edital de credenciamento dos interessados para a contratação de serviços ou fornecimento de bens em mercados fluidos deverá prever descontos mínimos sobre cotações de preço de mercado vigentes no momento da contratação.
- § 4º O Município deverá firmar um acordo corporativo de desconto com os fornecedores dos serviços ou bens a serem contratados prevendo a concessão de desconto mínimo previsto no termo de referência incidente sobre o preço de mercado do momento da contratação.
- § 5º Para a busca do objeto a que se refere o caput deste artigo deverá ser provida, quando couber, solução tecnológica que permita a integração com sistemas gerenciadores e acesso via web services aos sistemas dos fornecedores.
- § 6º As despesas decorrentes das contratações a que se refere o caput deste artigo correrão por conta dos órgãos contratantes.





- § 7º Os editais de convocação poderão ter vigência por prazo indeterminado, podendo interessados que não ingressaram originalmente no banco de credenciados, ingressar a qualquer momento, observadas as condições previstas no edital de credenciamento e suas eventuais alterações.
- § 8º O Município poderá revogar o edital de credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- § 9º Para a adesão ao credenciamento ser formalizada na primeira publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, Diário Oficial, jornal diário de grande circulação, e no Portal da Transparência, os interessados deverão encaminhar a documentação obrigatória por meio eletrônico, com vistas à habilitação e à formalização do pedido de credenciamento, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a publicação do edital de credenciamento.
- § 10. Após a data a que se refere o § 9º deste artigo, novos interessados poderão requerer o credenciamento, desde que comprovem o atendimento dos requisitos de habilitação, ficando aptas a firmarem o contrato e o acordo de que trata o § 4º deste artigo.
- § 11. Todas os credenciados que se manifestarem e que atenderem às exigências do edital poderão celebrar o contrato para a prestação do serviço ou fornecimento do bem, não havendo procedimento de classificação das manifestações.
- § 12. Ao se credenciar, o interessado declara que concorda com os termos da minuta do contrato de prestação de serviço ou fornecimento de bem anexo ao edital.
- § 13. Os interessados em se credenciar deverão apresentar ao agente de contratação ou à comissão especial designada a documentação exigida na forma do art. 8 deste Regulamento, para a habilitação, obrigatoriamente acompanhada do pedido de credenciamento, ficha cadastral e da declaração de que não contrata menor de idade, salvo na condição de aprendiz, bem como demais regras do mercado próprio exigidas no edital.
- § 14. O exame e julgamento relativo à documentação recebida serão processados por agente de contratação e equipe de apoio, ou por comissão especial de credenciamento, designados para esse fim, o qual poderá conceder prazo adicional para complementar a entrega de documentos eventualmente faltantes ou para promover a regularização desses, mediante comunicação eletrônica diretamente aos interessados.
- § 15. O julgamento final relativo à documentação será divulgado no Portal da Transparência.





- § 16. A critério do agente de contratação ou da comissão especial, a divulgação do julgamento poderá ser realizada paulatinamente, à medida que as documentações forem recebidas, analisadas e julgadas conforme o edital de credenciamento.
- § 17. O interessado que não tiver aceitado seu pedido de credenciamento poderá apresentar recurso no prazo e na forma estabelecida no art. 9 deste Regulamento.
- § 18. Após a habilitação, a Secretaria de Administração publicará a lista com os credenciados aptos a assinarem o contrato de prestação de serviços ou de fornecimento de bens e o acordo corporativo de desconto.
- § 19. O contrato de serviços ou de fornecimento de bens e o acordo corporativo de desconto serão assinados eletronicamente, na forma e prazo previsto no edital ou assinalado na convocação formal emitida pelo órgão gerenciador.
- § 20. No momento da contratação, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes.
- § 21. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e respeitadas as diretrizes do art. 106 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- § 22. O órgão gerenciador poderá inabilitar a credenciada, por despacho fundamentado, se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a qualificação técnica e habilitação jurídica, ou regularidade fiscal da credenciada.
- § 23. O órgão gerenciador poderá, a qualquer tempo, alterar os termos e condições do credenciamento.
- § 24. Na hipótese do previsto no § 23 deste artigo, os credenciados deverão manifestar anuência, sob pena de descredenciamento.
- § 25. Na ocorrência de alteração(ões) de condição(ões) do credenciamento, o órgão gerenciador providenciará a publicação resumida do(s) aditamento(s) ao(s) contratos pelos mesmos meios da publicação do edital de credenciamento.

Subseção IV - Da Sanção do Descredenciamento





- Art. 31. O não cumprimento das disposições deste Regulamento, do edital e da Lei Federal nº 14.133, de 2021 poderá acarretar o descredenciamento ao credenciado, sem prejuízo da aplicação de eventuais sanções
- § 1º O descredenciamento será cabível em função de fatos que ensejem o comprometimento das condições de habilitação e que sejam insanáveis ou não tenham sido sanados no prazo assinalado pela Secretaria responsável pela gestão do credenciamento, bem como em razão de desvios de postura profissional ou situações que possam interferir negativamente nos padrões éticos e operacionais de execução dos serviços contratados.
- $\S 2^{\circ}$ A aplicação da sanção de descredenciamento pode ocasionar a exclusão do contratado pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- Art. 32. Os casos omissos serão resolvidos com base nos princípios gerais do direito administrativo e nas disposições constantes neste Regulamento e na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Seção II - Da pré-qualificação

- Art. 33. A Administração Pública poderá promover a pré-qualificação destinada a identificar:
- I fornecedores que reúnam condições de qualificação técnica exigidas para o fornecimento de bem ou a execução de serviço ou obra nos prazos, locais e condições previamente estabelecidos;
- II bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade estabelecidas pela Administração Pública.
- § 1º A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, contendo alguns ou todos os requisitos de habilitação técnica necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.
- § 2º A pré-qualificação de que trata o inciso I do caput deste artigo poderá ser efetuada por grupos ou segmentos de objetos a serem contratados, segundo as especialidades dos fornecedores.
- Art. 34. O procedimento de pré-qualificação ficará permanentemente aberto para a inscrição dos eventuais interessados.
- Art. 35. A pré-qualificação terá validade de no máximo um ano, podendo ser atualizada a qualquer tempo.





Parágrafo único. A validade da pré-qualificação de fornecedores não será superior ao prazo de validade dos documentos apresentados pelos interessados.

- Art. 36. Sempre que a Administração Pública entender conveniente iniciar procedimento de préqualificação de fornecedores ou bens, deverá convocar os interessados para que demonstrem o cumprimento das exigências de qualificação técnica ou de aceitação de bens, conforme o caso.
- § 1º A convocação de que trata o caput deste artigo será realizada mediante:
- I publicação de extrato do instrumento convocatório no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o caso;
- II publicação de extrato no Diário Oficial e em jornal de grande circulação; e
- III divulgação em no sítio eletrônico oficial Município de Faxinal.
- § 2º A convocação explicitará as exigências de qualificação técnica ou de aceitação de bens, conforme o caso.
- Art. 37. Será fornecido certificado aos pré-qualificados, renovável sempre que o registro for atualizado.
- Art. 38. Caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contado a partir da data da intimação ou da lavratura da ata do ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessados, observado o disposto nos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no que couber.
- Art. 39. A Administração Pública poderá realizar licitação restrita aos pré-qualificados, justificadamente, desde que:
- I a convocação para a pré-qualificação discrimine que as futuras licitações serão restritas aos préqualificados;
- II na convocação a que se refere o inciso I do caput deste artigo conste estimativa de quantitativos mínimos que a Administração Pública pretende adquirir ou contratar nos próximos doze meses e de prazos para publicação do edital; e
- III a pré-qualificação seja total, contendo todos os requisitos de habilitação técnica necessários à contratação.





- § 1º O registro cadastral de pré-qualificados deverá ser amplamente divulgado e deverá estar permanentemente aberto aos interessados, obrigando-se a unidade por ele responsável a proceder, no mínimo anualmente, a chamamento público para a atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados.
- § 2º Só poderão participar da licitação restrita aos pré-qualificados os licitantes que, na data da publicação do respectivo instrumento convocatório:
- I já tenham apresentado a documentação exigida para a pré-qualificação, ainda que o pedido de pré-qualificação seja deferido posteriormente; e
- II estejam regularmente cadastrados.
- § 3º No caso de realização de licitação restrita, a Administração Pública enviará convite por meio eletrônico a todos os pré-qualificados no respectivo segmento.
- § 4º O convite de que trata o § 3º deste artigo não exclui a obrigação de atendimento aos requisitos de publicidade do instrumento convocatório.

Seção III - Do Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI

- Art. 40. Os órgãos e entidades no âmbito da Administração Pública Municipal do Município de Faxinal poderão solicitar à iniciativa privada, mediante procedimento aberto de manifestação de interesse a ser iniciado com a publicação de edital de chamamento público, a propositura e a realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública.
- Art. 41. A estruturação de empreendimento público por meio de Procedimento de Manifestação de Interesse PMI deverá obedecer às disposições desta seção, sendo garantida a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- Art. 42. Caberá ao órgão ou entidade demandante conduzir, por meio de Comissão Especial de Contratação, formada na forma do Decreto 11.087/2022, chamamento público do Procedimento de Manifestação de Interesse, elaborar o termo de referência e edital, conceder as autorizações, receber e analisar os respectivos estudos.





- Art. 43. O termo de referência e edital deverão ser publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Município de Faxinal e do órgão ou entidade demandante, e conterão, em cada caso, além de outros requisitos que venham a ser definidos pela autoridade competente:
- I demonstração do interesse público na realização do empreendimento a ser contratado;
- II delimitação do escopo dos estudos, sendo que, no caso de um serviço que possibilite a resolução do problema por meio de alternativas inovadoras, poder-se-á restringir-se a indicar somente o problema que se busca resolver com a parceria, deixando à iniciativa privada a possibilidade de sugerir diferentes meios para sua solução;
- III definição de critérios para a qualificação e seleção dos autorizados a realizar os estudos;
- IV exclusividade da autorização, se for o caso:
- V prazo e forma de apresentação do requerimento de autorização;
- VI prazo para análise e eventual formalização de autorização;
- VII prazo para a apresentação dos estudos, estabelecidos no cronograma de execução, compatível com a complexidade e abrangência das atividades a serem desenvolvidas, contado da data de publicação da autorização, podendo ser estabelecidos prazos intermediários;
- VIII proposta de cronograma de reuniões técnicas;
- IX valor nominal máximo para eventual ressarcimento, ou critérios para a sua fixação, bem como base de cálculo para fins de reajuste;
- X definição de critérios para o recebimento e seleção dos estudos realizados, os quais consistirão, ao menos, em:
- a) consistência das informações que subsidiaram sua realização;
- b) adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, utilizando, sempre que possível, equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;





- c) compatibilidade com as normas técnicas e legislação aplicável ao setor, bem como com as orientações do órgão ou entidade demandante;
- d) atendimento às exigências estabelecidas no edital de chamamento;
- e) atendimento de todas as etapas e atividades de elaboração dos estudos estabelecidas no cronograma de execução;
- f) demonstração comparativa de custo e benefício do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes, se existentes; e
- g) critérios para avaliação, seleção e ressarcimento dos estudos.
- § 1º O termo de referência e o edital poderão indicar o valor máximo da tarifa ou da contraprestação pública admitida para a estruturação do projeto de parceria.
- § 2º O extrato do edital deverá ser publicado no Diário Oficial e jornal diário de grande circulação, na forma § 1º do art. 54 da Lei 14.133/21
- Art. 44. A autorização para elaboração dos estudos será pessoal e intransferível.
- Art. 45. Será assegurado o sigilo das informações cadastrais dos interessados, quando solicitado.
- Art. 46. A autorização não implica, em hipótese alguma, corresponsabilidade do Município de Faxinal perante terceiros pelos atos praticados pela pessoa autorizada.
- Art. 47. A autorização deverá ser publicada no Diário Oficial, no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade demandante e informará:
- I o empreendimento público objeto dos estudos autorizados;
- II a indicação de ressarcimento, na hipótese de utilização dos estudos pela Administração no correspondente procedimento licitatório do projeto de parceria.
- § 1º O ato de autorização exclusiva deve indicar as razões que justificam a opção, contendo análise comparativa das credenciais técnicas e jurídicas dos interessados, a partir do exercício de





discricionariedade técnica da Administração, e de acordo com os critérios e parâmetros definidos no edital de chamamento público.

- § 2º O autor dos estudos poderá participar da licitação para a execução do contrato de parceria.
- § 3º O termo de autorização reproduzirá as condições estabelecidas no requerimento de autorização, podendo especificá-las, inclusive quanto às atividades a serem desenvolvidas, ao limite nominal para eventual ressarcimento e aos prazos intermediários para apresentação de informações e relatórios de desenvolvimento de estudos.
- Art. 48. O ato de autorização pressuporá a aferição da idoneidade, da regularidade jurídica e qualificação técnica do interessado, nos termos definidos no edital de chamamento público.
- Art. 49. A idoneidade, a regularidade jurídica e a qualificação técnica dos interessados, para fins de autorização, serão demonstradas mediante documentação atualizada e hábil, que permita a aferição, pela Administração, das credenciais jurídicas e técnicas necessárias pertinentes para a execução do projeto.
- Art. 50. Fica permitido ao destinatário da autorização contratar pessoas físicas e jurídicas para a elaboração dos estudos.

Parágrafo único. A contratação de estudos por parte do destinatário da autorização o mantém responsável, perante a Administração Pública, pelo atendimento dos prazos fixados no respectivo termo, bem como pela qualidade e veracidade dos estudos apresentados, mantidas inalteradas as condições de ressarcimento constantes do requerimento de autorização.

- Art. 51. Durante a elaboração dos estudos, os destinatários da autorização poderão, caso permitido no edital de chamamento, se reunir em consórcios, para a apresentação conjunta dos resultados, hipótese em que deverão ser indicadas:
- I a pessoa física ou jurídica responsável pela interlocução com a Administração Pública; e
- II a proporção da repartição de eventual ressarcimento, quando possível.
- Art. 52. Na hipótese de participação no PMI por meio de consórcio, a demonstração de qualificação técnica, eventualmente exigida pelo edital de chamamento para fins de autorização, poderá ser provida por quaisquer integrantes do consórcio; ou o interessado poderá indicar pessoa física ou jurídica, titular da qualificação técnica recomendada, para a execução dos estudos, mediante





apresentação de vínculo contratual ou de outra natureza que demonstre a sua disponibilidade para execução dos estudos.

- Art. 53. O prazo previamente definido para a entrega dos estudos poderá ser suspenso ou prorrogado, após análise do órgão ou entidade demandante:
- I de ofício, pela comissão especial de contratação, mediante suficiente motivação;
- II a requerimento do interessado, mediante apresentação de justificativa pertinente e aceita pela comissão especial de contratação.
- Art. 54. O ato de autorização apenas poderá ser cancelado pela comissão especial de contratação mediante a demonstração de razões relevantes para tal, assegurado o ressarcimento indenizatório ao destinatário da autorização somente na hipótese de eventual aproveitamento dos estudos e na exata proporção do que for utilizado.
- § 1º As autorizações poderão ser anuladas sempre que verificada qualquer ilegalidade no PMI ou quando não atendidos os requisitos estabelecidos em sua outorga.
- § 2º A comunicação da revogação, anulação ou cassação da autorização será efetuada por escrito à autorizada.
- Art. 55. O proponente poderá desistir, a qualquer tempo, de apresentar ou concluir os estudos, mediante ato formal endereçado ao órgão ou entidade demandante.
- Art. 56. O órgão ou entidade demandante poderá solicitar informações adicionais para retificar ou complementar os estudos, especificando prazo para apresentação das respostas.

Parágrafo único. O órgão ou entidade demandante poderá realizar reuniões com o autorizado, bem como com quaisquer interessados na estruturação, sempre que estes possam contribuir para a melhor compreensão dos estudos por parte da Administração.

- Art. 57. A realização, pela iniciativa privada, de estudos, investigações, levantamentos e projetos em decorrência do procedimento de manifestação de interesse previsto neste Regulamento:
- I não atribuirá ao realizador direito de preferência no processo licitatório;
- II não obrigará o poder público a realizar licitação;





III - não implicará, por si só, direito a ressarcimento de valores envolvidos em sua elaboração;

IV - será remunerada somente pelo vencedor da licitação, vedada, em qualquer hipótese, a cobrança de valores do poder público.

Art. 58. Para aceitação dos produtos e serviços do Procedimento de Manifestação de Interesse, a comissão especial de contratação deverá elaborar parecer fundamentado com a demonstração de que o produto ou serviço entregue é adequado e suficiente à compreensão do objeto, de que as premissas adotadas são compatíveis com as reais necessidades do órgão e de que a metodologia proposta é a que propicia maior economia e vantagem entre as demais possíveis.

Art. 59. O edital de chamamento estabelecerá a forma de o órgão ou entidade demandante fará a deliberação para a aprovação dos estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras oriundos do Procedimento de Manifestação de Interesse.

CAPÍTULO II - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 60. Na aplicação deste decreto, caso se constate eventual pendência de regulamentação, os servidores da Administração Municipal deverão adotar os regulamentos estaduais e federais, podendo, mediante despacho da Diretoria de Administração, incorporá-los ao regulamento municipal.

Art. 61. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal, 31 de janeiro de 2024.

YLSON ÁLVARO CANTAGALLO
PREFEITO MUNICIPAL





PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL

Estado do Paraná Exercício: 2024

TERMO DE ADITIVO

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

2º Termo aditivo do contrato nº.2780/2022, decorrente de Tomada de Preços nº 4/2021 de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONCLUSÃO DO PRÉDIO DA SEDE DA SECRETARIA DE SAÚDE, CENTRO ODONTOLÓGICO E SAMU ATENDENDO A READEQUAÇÃO DE OBJETO SOLICITADA AO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA OUTRA FINALIDADE DO PRÉDIO ORIGINALMENTE PACTUADO PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO -UPA PARTE I.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.771.295/0001-07, com endereço em Av. Brasil, 694, CENTRO, FAXINAL-PR, 86840000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. YLSON ALVARO CANTAGALLO, e a empresa C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPÓRTES EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº. 12.774.376-2, com sede no endereço, , CENTRO, - neste ato representada por PAMELLA CARNEIRO KULIK, portador do RG nº 14000719-6, portador do CPF sob nº 060.748.729-10, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Supressão (Redução de Valor) na importância de R\$ 16.957,23 (dezesseis mil, novecentos e cinquenta e sete reais e vinte e três centavos) corresponde a Glosas,conforme pareceres técnico e jurídico anexados ao processo, com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração. E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LoteOrdem	ltem	Descrição	(Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1 1	17046	OBRA DE CONCLUSÃO DA SEDE DA: CENTRO ODONTOLÓGICO E SAMU	SECRETARIA DE SAÚDE,	1.00	16.957,2300	16.957,2300
				Т	OTAL:	16.957,2
			FAXINAL 30 de jane	eiro de 202	4.	
	PRE	CONTRATANTE EFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL CNPJ:75.771.295/0001-07	CONTRATI C. BRASIL SERVIÇOS DE LIM E TRANSPORTE CNPJ:107.452.5	PEZA CON S EIRELI	ISERVAÇAO	
		YLSON ALVARO CANTAGALLO PREFEITO MUNICIPAL	PAMELLA CARNE RG: 12.774.3 CPF: 060.748. REPRESENTANT	76-2 729-10		

www.elotech.com.br



PLANILHA DE GLOSA

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL OBRA: REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE (ANTIGA UPA) ENDEREÇO: RUA ANTÔNIO GARCIA DA COSTA



TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (SETEMBRO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0 BDI: 25.00%

TOMADA DE PRECO: 04/2021

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	descrição do serviço	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	CUSTO UNITÁRIO C/ BDI	сиѕто тот	ΓAL	
7	1	PAVIMENTAÇÃO		1		R\$ 14.35	59,91	
7.2		EXTERNA (IMPLANTAÇÃO)						
7.2.3	94991	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M3	22,23	645,97	14.3	359,91	
13		SERVIÇOS COMPLEMENTARES		7		R\$ 2.59	97,32	
13.2		SERVIÇOS EXTERNOS						
13.2.1	COMP 035	ESCADA TIPO MARINHEIRO EM TUBO ACO GALVANIZADO 1 1/2" 5 DEGRAUS	М	5,30	490,06	2.5	597,32	
IN	INCLUSO BDI= 25%							



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL

Estado do Paraná Exercício: 2024

TERMO DE ADITIVO

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

3º Termo aditivo do contrato nº.2780/2022, decorrente de Tornada de Preços nº 4/2021 de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONCLUSÃO DO PRÉDIO DA SEDE DA SECRETARIA DE SAÚDE, CENTRO ODONTOLÓGICO E SAMU ATENDENDO A READEQUAÇÃO DE OBJETO SOLICITADA AO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA OUTRA FINALIDADE DO PRÉDIO ORIGINALMENTE PACTUADO PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO -UPA PARTE I.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.771.295/0001-07, com endereço em Av. Brasil, 694, CENTRO, FAXINAL-PR, 86840000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. YLSON ALVARO CANTAGALLO, e a empresa C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPÓRTES EIRELI , inscrita no CNPJ sob $n^{\rm e}$, 10.745.254/0001-92, com sede no endereço , , CENTRO, - neste ato representada por **PAMELLA CARNEIRO KULIK** , portador do RG $n^{\rm e}$ 12.774.376-2, portador do CPF sob $n^{\rm e}$ 060.748.729-10, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Redimensionamento de Objeto - Art. 65 § 1° - Lei n° 8666/93 na importância de R\$ 92.585,85 (noventa e dois mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos) , corresponde ao acréscimo de 8,7% conforme solicitação e pareceres técnico e jurídico anexados ao processo, com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LoteOrdem	Item	Descrição	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total.
1 1	17046	OBRA DE CONCLUSÃO DA SEDE DA SECRETARIA DE SAÚDE, CENTRO ODONTOLÓGICO E SAMU	1.00	92.585,8500	92.585,8500

TOTAL: 92,585,85

FAXINAL 30 de janeiro de 2024.

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL

CNPJ:75.771.295/0001-07

CONTRATADA

C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTES EIRELI CNPJ:107.452.540-00192

www.elotech.com.b



PÁGINA: 1 DE 2



PLANILHA DE ADITIVO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL OBRA: REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE (ANTIGA UPA) ENDEREÇO: RUA ANTÔNIO GARCIA DA COSTA



CONTRATO: 2780/2022 TOMADA DE PREÇO: 04/2021

TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (SETEMBRO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	CUSTO UNITÁRIO C/ BDI	CUSTO TOTAL	TERMO ADITIVO
4		COBERTURA				R\$ 43.027,91	
4.2	100368	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MEIA TESOURA DE MADEIRA NÃO APARELHADA, COM VÃO DE 4 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, ALUMÍNIO, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA,	UN	13,00	1.632,36	21.220,68	Acréscimo de Quantidade
4.4	92543	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO	M2	55,07	28,16	1.550,77	Acréscimo de Quantidade
4.5	94210	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2	M2	55,07	56,86	3.131,28	Acréscimo de Quantidade
4.7	94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	М	23,25	109,38	2.543,09	Acréscimo de Quantidade
4.9	101964	LAJE PRÉ-MOLDADA UNIDIRECIONAL, BIAPOIADA, PARA FORRO, ENCHIMENTO EM CERÂMICA, VIGOTA CONVENCIONAL, ALTURA TOTAL DA LAJE (ENCHIMENTO+CAPA) = (8+3). AF_11/2020	M2	45,01	181,87	8.185,97	Item adicionado
4.10	92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO	M2	38,51	62,32	2.399,94	Item adicionado
4.11	94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	38,51	103,77	3.996,18	Item adicionado
5		ESQUADRIAS				R\$ 1.352,33	
5.4		PORTAS EM ALUMÍNIO TIPO VENEZIANA					
5.4.6	91341	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	0,96	713,09	684,57	Item adicionado
5.6		PORTÃO - ABRIGO					
5.6.1	COMP 010	PORTÃO DE ABRIR 1 FOLHA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO Ø 1 1/4", COM TELA DE ARAME GALV., FIO 14 BWG MALHA QUADRADA 5X5CM, FIXADO COM 2 DOBRADIÇAS,	UND	2,00	333,88	667,76	Acréscimo de Quantidade
6		REVESTIMENTO	H H			R\$ 35.668,10	
6.1		INTERNO					
6.1.5	87273	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014	M2	18,42	63,18	1.163,78	Acréscimo de Quantidade
6.2		TETO					
6.2.1	COTAÇÕES	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M2	772,60	44,66	34.504,32	Reequilibrio de valor

PÁGINA: 2 DE 2



PLANILHA DE ADITIVO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL OBRA: REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE (ANTIGA UPA) ENDEREÇO: RUA ANTÔNIO GARCIA DA COSTA



TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (SETEMBRO/2021) E PRED (MAIO/2021) VERSÃO 1.0 BDI: 25,00%

CONTRATO: 2780/2022 TOMADA DE PREÇO: 04/2021

ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	CUSTO UNITÁRIO C/ BDI	CUSTO TOTAL	TERMO ADITIVO
7		PAVIMENTAÇÃO				R\$ 3.487,60	
7.2		EXTERNA (IMPLANTAÇÃO)					
7.2.4	100324	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_07/2019	М3	32,47	107,41	3.487,60	Acréscimo de Quantidade
9		INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS				R\$ 4.849,91	ju 10
9.2		ÁGUA FRIA					
9.2.1	91785	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 25 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	М	35,00	49,39	1.728,65	Acréscimo de Quantidade
9.3		ESGOTO					
9.3.3	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	МЗ	2,63	90,09	236,49	Acréscimo de Quantidade
9.3.4	91793	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES PARA, PRÉDIOS. AF_10/2015	М	21,00	99,09	2.080,89	Acréscimo de Quantidade
9.4		ÁGUAS PLUVIAIS (DESCIDAS)				8	
9.4.3	COTAÇÕES	BONECA EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M2	18,00	44,66	803,88	Reequilibrio de valor
10		PINTURA				R\$ 4.200,00	
10.5		EXTERNA (IMPLANTAÇÃO) - RUFOS					
10.5.2	100758	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	M2	84,00	50,00	4.200,00	Item adicionado
IN	CLUSO BDI=	25%				92.585,85	



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL

Estado do Paraná Exercício: 2024

TERMO DE ADITIVO

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

4º Termo aditivo do contrato nº.2780/2022, decorrente de Tomada de Preços nº 4/2021 de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONCLUSÃO DO PRÉDIO DA SEDE DA SECRETARIA DE SAÚDE, CENTRO ODONTOLÓGICO E SAMU ATENDENDO A READEQUAÇÃO DE OBJETO SOLICITADA AO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA OUTRA FINALIDADE DO PRÉDIO ORIGINALMENTE PACTUADO PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO -UPA PARTE I.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.771.295/0001-07, com endereço em Av. Brasil, 694, CENTRO, FAXINAL-PR, 86840000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. YLSON ALVARO CANTAGALLO, e a empresa C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPÓRTES EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº. 10.745.254/0001-92, com sede no endereço ,, CENTRO, - neste ato representada por PAMELLA CARNEIRO KULIK, portador do RG nº 12.774.376-2, portador do CPF sob nº 060.748.729-10, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 07/08/2024 conforme solicitação, pareceres técnico e jurídico anexados ao processo, com fundamento art. 57, II, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração. E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

FAXINAL 30 de janeiro de 2024.

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL

CNPJ:75.771.295/0001-07

CONTRATADA

C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPÓRTES EIRELI CNPJ:107.452.540-00192

YLSON ALVARO CANTAGALLO PREFEITO MUNICIPAL

PAMELLA CARNEIRO KULIK

RG: 12.774.376-2 . CPF: 060.748.729-10 REPRESENTANTE LEGAL

www.elotech.com.br

